

Maria Beatriz Rocha-Trindade e outros, *População Escolar Directa e Indirectamente Ligada à Emigração*, Edição Projecto Universidade Aberta, colecção «Temas da Cultura Portuguesa», n.º 13, Lisboa, 1988.

Fruto duma pesquisa realizada em 1985 no âmbito de um protocolo estabelecido entre o então Projecto Universidade Aberta, o IAECF e o Ministério da Educação, surge em Outubro de 1988 este que é o primeiro estudo à escala nacional sobre as consequências escolares do processo migratório português iniciado desde finais da década de 50, o qual ficará porventura marcado como o mais importante fenómeno da sociedade portuguesa neste século.

De todas as suas incidências, nenhuma talvez apresente um carácter simultaneamente tão profundo e tão dramático como a que se liga à educação dos filhos e filhas dos emigrantes. Profunda porque projecta e desdobra sobre gerações sucessivas os efeitos dum fenómeno ao qual em larga medida eles são alheios e dramática porque, longe de constituir um factor de enriquecimento pessoal, atribuindo-lhes duplas aptidões linguísticas e culturais, ela se apresenta associada a um marcado insucesso escolar entre esta população, o que a condena — a si em particular e à sociedade portuguesa em geral — a todas as negativas consequências humanas e sociais que são conhecidas ou fáceis de prever. A importância do assunto deste trabalho de MBRT não precisa assim de ser sublinhada, e só isso bastaria para o tornar uma referência inevitável sobre o tema. Mas outros aspectos contribuem ainda para lhe definir o valor.

Acima de tudo, o facto de se tratar de um recenseamento, à escala nacional, de parte considerável da população directa e indirectamente ligada à emigração, bem como de um levantamento de índices para a sua caracterização social e escolar, nomeadamente os processos migratórios dos pais, as composições familiares, os processos de escolaridade e as atitudes destes alunos perante o seu aproveitamento escolar. Este trabalho conta ainda, além daquele recenseamento e análises, com uma generosíssima secção III (pp. 209-360 + 449-468), onde é possível encontrar uma série de arquivos da maior utilidade para quaisquer pesquisas futuras sobre o tema, tais como a descrição dos sistemas de ensino em países estrangeiros com forte imigração portuguesa, a do próprio sistema de ensino em Portugal, questões de «pedagogia intercultural» e ficheiro de projectos de acções e estudos realizados e em

curso então, sobre ensino e retorno de jovens migrantes. As bibliografias, embora dispersas (pp. 77-81, 321-326 e 327-333), são da maior utilidade, destacando-se a segunda, uma bibliografia analítica sobre educação de crianças e jovens migrantes. Em suma, tanto pela importância do tema, como pelos dados que pela primeira vez reúne, pelo quadro de problemas escolares que identifica e ainda pela colecção documental anexa, trata-se de uma obra valiosa e útil.

Infelizmente, o tratamento gráfico do livro deixa muito a desejar, o que neste caso não é mero detalhe, pois, tratando-se de uma compilação de textos autónomos, já de si nem sempre bem articulados e onde, em 468 páginas de texto, 261 são *dossiers*, arquivos e anexos, o resultado é por vezes desorientantemente heteróclito. A cópia da matriz dos questionários deveria talvez estar em anexo, e não a pp. 61-70, além de o questionário n.º 2 aparecer aí repetido em duas apresentações gráficas diferentes, estando a primeira errada no item 13 e apesar de a *errata* se lhe referir, embora não por esse motivo. Mais grave me parece a omissão do calendário da pesquisa e só na p. 86 me foi possível apurar que o inquérito que baseia todo este trabalho se refere a dados do ano lectivo de 1984-85. Igualmente o prefácio de Solange Parvaux me parece embaraçoso de explicar e creio-o até talvez deslocado, pois, mesmo não dizendo mais do que diz, caberia, quando muito, numa eventual edição francesa do livro.

Em relação agora ao próprio conteúdo da pesquisa, creio encontrar nela uma certa desadaptação de critérios metodológicos aos objectivos do projecto, especificamente quanto ao modo como foi definida a população, já que outros desajustes verificáveis se encontram explicados no texto, como é o caso das limitações técnicas do programa utilizado, ou ainda o da accidental supressão do questionário zero, que acabou por não ser lançado. Tratarei designadamente dos dois critérios que definem a população estudada: o da classe de idades e o das suas ligações directa e indirecta à emigração.

Quanto ao primeiro critério, o *etário*, creio que limita o escopo deste trabalho, além de ser talvez contraditório com as afirmações de ser este estudo «um levantamento [...] caracterizado sobretudo pela sua dimensão nacional» (p. 20) e de «ao nível do conhecimento dessa população só um recenseamento nacional poder[ia] de forma sistemática fazer o seu levantamento total» (p. 42).

Compreende-se que um alegado «pragmatismo a que é obrigada a realização de um projecto de investigação realista» (p. 42) leve a abandonar aquele que seria um dos objectivos fundamentais do projecto, mas creio discutível afirmar que, «reconhecida a necessidade de criar uma subpopulação [...] a partir de características comuns, potencialmente observáveis e que permitissem agrupar os elementos a incluir numa categoria social alargada, com existência significativa em todo o país», essas características comuns acabem por ser «a classe de idades compreendida tipicamente entre os 12 e os 18 anos», sobretudo pelas próprias razões que a Autora apresenta: «[...] constituir uma verdadeira plataforma entre a infância e a idade adulta [pois...] que em alguma parte deste período começa a desenvolver-se uma posição volitiva destes jovens em relação à opção de continuar estudos e de os orientar para uma futura profissão. Quer isto dizer que, acabada a escolaridade obri-

gatória, começam eles próprios a ser parte importante no delinear de cada percurso escolar ou profissional» (p. 42).

O critério etário parece aqui tanto mais desajustado quanto não só a população resultante é perfeitamente caracterizável por um simples elemento formal — trata-se dos alunos do ensino secundário oficial diurno —, como ainda toda a restante população não abrangida se perdeu para o estudo por declaradas razões de ordem prática. Assim, reconhece-se ser «impensável abranger esses [primário e preparatório] graus de ensino num projecto com a dimensão do presente» (p. 43) e ter sido excluído o ensino particular por «razões puramente operativas» (p. 43). Foi igualmente excluído o ensino nocturno, o que é talvez mais perturbador, pois, se, como diz a nota 14 da p. 76, é aí que se concentram os alunos repetentes, poderá ficar comprometida a avaliação das dificuldades escolares desta população.

Sendo assim, porque fazer da necessidade virtude invocando a sociologicamente tão discutível pertinência duma categoria etária? Creio que toda a parte introdutória deste estudo teria beneficiado em clareza, se este fosse apresentado simplesmente como um inquérito à população escolar do ensino secundário oficial diurno directa e indirectamente ligada à emigração. Confinar a estes parâmetros uma população que se sabe mais alargada, não retira valor intrínseco à análise que sobre ela se faz na secção seguinte, sobretudo tratando-se de um trabalho que é apresentado como uma primeira fase à qual outras se seguirão.

A continuidade é aliás um imperativo neste tipo de estudos. Não só porque, ao nível restrito das populações escolares, a cadência dos anos lectivos marca regularmente novas recomposições, como, ao nível mais alargado das descendências dos emigrantes, pequenas variações cronológicas podem implicar importantes distinções sociais e culturais que só o acompanhamento de «cohortes» permite situar e compreender. Tal como lemos nas palavras da Autora «ao fazer um corte fotográfico no fluir do tempo, obtemos o retrato dos descendentes de emigrantes, como um verdadeiro *continuum* de gerações, onde todos os grupos etários estarão representados entre o mais tenro infante e o respeitável quarentão» (p. 35). Mas, sendo assim, e embora compreendendo as dificuldades que conduziram a excluir da população em estudo os alunos do ensino primário e preparatório, mais lamentamos então ver perder para as análises seguintes o conhecimento sobre aqueles que nesse *continuum* de gerações formarão a muito curto prazo uma nova população de ensino secundário oficial diurno.

Contudo, para uma percentagem importante da população escolar ligada à emigração ficou feito um levantamento nacional, e, se a análise dos destinos migratórios dos pais «mais não faz do que corroborar pistas apontadas (e resultados publicados, acrescento) em muitos trabalhos que se realizaram sobre emigração portuguesa desde os anos 60» (p. 99), a distribuição concelhia dos estudantes ligados à emigração, analisada a pp. 94, 95, 97 e 98, é tanto mais útil quanto os baixos níveis de agregação estatística costumam ser escassos num país com as diversidades internas do nosso, onde eles são absolutamente necessários.

Quanto ao segundo aspecto da definição da população que creio discutível, prende-se com a chamada ligação indirecta à emigração. Consiste esta população nos filhos e filhas de emigrantes do ensino secundário oficial diurno que nunca estiveram emigrados. Creio que o facto social que preva-

lece na caracterização das suas situações é o do desmembramento do grupo doméstico, e não o facto que o produz, seja ele a emigração dos pais, o abandono da casa, a morte ou outro qualquer acidente. Mesmo aceitando que a emigração dos pais define um quadro específico à figura do desmembramento familiar, seria necessário verificá-lo em comparação com outras figuras, e relativamente às expressões escolares que provocasse. O facto é aliás assinalado pela Autora, que caracteriza esta subpopulação como «sofre[endo] de um isolamento e falta de apoio familiar que a escola e a sociedade dificilmente podem superar. Os laços afectivos são perturbados de tal modo que alguns jovens dizem sentir-se abandonados e declaram ter dificuldades de relacionamento com os pais quando com eles se encontram em época de férias ou quando regressam definitivamente a Portugal [...] estes jovens estão entregues a si mesmos por longos períodos, incorrendo muitas vezes em comportamentos marginais» (p. 169-170).

Desde modo, como avaliar a intervenção do fenómeno migratório sobre a escolaridade destes jovens, e sobretudo como destringer nela outros factores psicossociais?

Nas conclusões (p. 365), a Autora é clara: «[...] os inconvenientes da sua situação decorrem antes de uma situação psicológica resultante da ausência dos pais ou de deficiências no enquadramento familiar», mas, sem avaliar as «atitudes de rejeição ou de discriminação» que o facto de ter pais emigrados desencadeia, o estatuto desta subpopulação permanece, pelo menos, vago, o que é ainda acentuado por dois outros factores: primeiro, o questionário 2, já de si dirigido a esta população apenas em 15 dos seus 24 itens, obteve muito baixos índices de resposta ao item 15, sobre a avaliação das dificuldades escolares; segundo, estes alunos indirectamente ligados à emigração representam 36,8 % da população estudada, o que não pode deixar de fazer pesar negativamente sobre a avaliação do resultado global da pesquisa.

Em contrapartida, estes alunos revelaram-se um indicador valioso para o conhecimento das distribuições regionais e cronológicas dos vários processos e projectos migratórios a termo (ver pp. 114-115). Este aspecto vem ao encontro daquilo que creio ser um dos mais interessantes resultados, embora indirecto, deste trabalho e que é o conhecimento cronológico e estruturação dos itinerários do processo migratório de 1950 a 1985 (ver secção II-3, pp. 119-141). Apesar da infeliz apresentação gráfica da fig. 13, p. 123, com o seu código de leitura em 33 rubricas deslocado na p. 384, é muito interessante a análise do comportamento dos vários casos da figura, bem como a informação reunida nos anexos 8, 9 e 10 (pp. 386-387).

Surpreendente é também a secção II-4, 5 e 6, pois a muito sumária «problematização» (pp. 37-39) não anuncia aquilo que, para lá do levantamento da população, abre esta pesquisa à investigação do problema que a percorre do começo ao fim: o acentuado insucesso escolar desta população. Identificando aspectos muito precisos dos problemas de escolaridade destes alunos, tais como as dificuldades com a língua portuguesa, o desfazamento etário e as descontinuidades do processo escolar, esta secção II indicia outros tantos campos para investigação que não deixarão decerto de ser explorados.

É este aliás o anúncio e o voto que lemos na nota prévia que MBRT assina e que, como exortação à pesquisa sobre as múltiplas vertentes dos fenómenos migratórios portugueses, vem na continuidade dos seus inúmeros tra-

balhos, que são um autêntico combate pela instituição «duma rede alargada e permanente para a investigação pluridisciplinar da problemática geral e dos aspectos especiais da emigração portuguesa». Combate sobretudo contra a extrema dificuldade de análise destes fenómenos, que desde as primeiras prospecções se revelam imediatamente de grande complexidade. Basta pensar na rapidez com que os factos migratórios sofrem alterações, a um ritmo que as cadências da pesquisa científica têm dificuldade em acompanhar; na extensão mundial e diversidade formal das suas manifestações e, sobretudo, na inevitável e difícil interdisciplinaridade a que obrigam.

Tema este de posição singular entre nós: incontornável em qualquer estudo sobre a sociedade portuguesa contemporânea, concitando a totalidade das ciências humanas e sociais e cobijado por poderes e ideologias, parece demasiado grande para a unidade que tem. E, contudo, talvez a sua dispersão esteja recolhendo benefícios numa maior profundidade e especialização de pesquisas.

Pedro Prista

Maria Beatriz Rocha-Trindade e outros, *População Escolar Directa e Indirectamente Ligada à Emigração* — Resposta a uma crítica

A atitude correcta por parte de um autor perante uma crítica de obra sua — quando aquela se caracteriza pela objectividade e pelo evidente escrupulo com que o trabalho no seu todo foi estudado (e não apenas por via de um rápido folhear da apresentação e das conclusões) — não pode ser outra que a de um profundo e sincero reconhecimento. Pela parte que me toca, como responsável científico de *População Escolar Directa e Indirectamente Ligada à Emigração*, aqui deixo expressa a minha gratidão.

Acresce que, além de escrupulosa, a crítica é muito qualificada: Pedro Prista é um consistente estudioso dos problemas ligados às migrações portuguesas e o seu envolvimento em projectos de investigação ligados ao sistema educativo confere-lhe competência para julgar e criticar o trabalho agora analisado. Por isso, são para mim muito curiais as críticas positivas que formula e, em grande parte, justificadas as que se apresentam como menos lisonjeiras.

A feliz oportunidade que me concedeu a direcção de *Análise Social* de fazer coexistir num mesmo número a apreciação de um trabalho e os comentários que o autor do mesmo poderá, a tal propósito, produzir abre-me caminho a apontar algumas questões em que a minha opinião ou critério poderão divergir dos de Pedro Prista.

Começemos por uma questão de fundo: a escolha do universo sobre o qual incidiu o estudo (e, consequentemente, aquele a quem foi ministrado o questionário). Tratava-se do conjunto de alunos do ensino secundário oficial diurno, no continente; tal é a definição exacta do universo conceptual.

Porquê estes, e não outros?

Se o critério fosse o etário (por exemplo, dos 12 aos 18 anos), teríamos sérias dificuldades em garantir a sua cobertura exhaustiva: ficavam de fora os alunos do ensino particular dessas idades, os alunos de cursos nocturnos nas mesmas condições (e lembre-se que estes não são já, como outrora, ape-